



*De Gelfa
a Calvão
no concelho
de Vagos*

PF

Coordenação:
Paulo Sérgio Margarido Ferreira

**DE GELFA A CALVÃO
NO CONCELHO DE VAGOS**

DE GELFA A CALVÃO NO CONCELHO DE VAGOS

ESTUDOS COMEMORATIVOS DO
75º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DA FREGUESIA
(1933 – 2008)

Coordenação de
Paulo Sérgio Margarido Ferreira

Calvão, 2010

U



C

Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra



Câmara Municipal
de Vagos



Junta de Freguesia
de Calvão

Ficha Técnica:

Título: DE GELFA A CALVÃO NO CONCELHO DE VAGOS- ESTUDOS COMEMORATIVOS DO
75º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DA FREGUESIA (1933 – 2008)

Coordenação: Paulo Sérgio Margarido Ferreira

Edição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,
Câmara Municipal de Vagos e
Junta de Freguesia de Calvão

Capa: Hugo Rios

Desenho da Capa: “Gandaresa”, de Paulo Frade

Fotos: de autores vários, gentilmente cedidas para esta obra e com tratamento de Hugo Rios

Composição: José Luis Santos

Impressão: ARTIPOL, Lda., Barrosinhas, Mourisca do Vouga, Águeda

Telefone: 234 644 435, Fax: 234 646 600

Email: artipol@mail.telepac.pt

Data de Edição: Julho de 2010

Depósito Legal: 314045/10

ÍNDICE

En jeito de saudação	VII
CARLOS ASCENSO ANDRÉ	
Caros Calvonenses	IX
RUI MIGUEL ROCHA DA CRUZ	
De Calvão para os Calvonenses	XI
CÉSAR RIBEIRO	
Prefácio	XII
MANUEL PORTO	
<i>In Limine</i>	XV
PAULO SÉRGIO MARGARIDO FERREIRA	

PARTE I: OS ESPAÇOS E A POPULAÇÃO

Introdução	3
PAULO SÉRGIO MARGARIDO FERREIRA	
Capítulo 1: “O sistema dunar de Calvão: génese, morfologia e evolução”	17
ANTÓNIO CAMPAR DE ALMEIDA e SÉRGIO JOSÉ CARVALHAIS CAETANO	
Capítulo 2: “As comunidades biológicas de Calvão”	37
LEONEL ROCHA	
Capítulo 3: “Em torno da toponímia de Calvão. Breves reflexões e juízos”	47
PAULO SÉRGIO MARGARIDO FERREIRA	
Capítulo 4: “Contributos para a História de Calvão”	81
MARGARIDA SOBRAL NETO	
Capítulo 5: “A freguesia de Calvão: breve retrato sociodemográfico”	99
FERNANDA DELGADO CRAVIDÃO e SAMUEL SILVA	

Capítulo 6: “Calvão: algumas notas sobre o falar local”	121
ISABEL ALMEIDA SANTOS	
Capítulo 7: “A Casa Gandaresa: arquitectura, poética, contexto”	141
PAULO FRADE	
Capítulo 8: “A Casa Gandaresa: aspectos antropológicos, etnográficos e sociológicos”	183
GABRIEL FRADA	
PARTE II: IGREJA E INSTITUIÇÕES LOCAIS	
Capítulo 9: “O Povo de Calvão: de gente dispersa a sociedade organizada”	253
GEORGINO ROCHA (Padre)	
Capítulo 10: “História do Grupo Coral de Santa Cecília de Calvão”	345
MANUEL MARGARIDO DA ROCHA	
Capítulo 11: “O Grupo de Teatro de Calvão”	365
HUGO JORGE e AMÂNDIO CARVALHAIS	
Capítulo 12: “O Agrupamento de Escuteiros de Calvão: Agrupamento 850 – S. Pedro”	375
SÉRGIO MANUEL JESUS MARTINS	
Capítulo 13: “O Grupo Desportivo de Calvão”	397
AMÂNDIO CARVALHAIS	
Capítulo 14: “História da freguesia de Calvão”	413
AMÂNDIO CARVALHAIS	
Capítulo 15: “A Casa do Povo de Calvão”	431
AMÂNDIO CARVALHAIS	
ANEXOS	437

EM JEITO DE SAUDAÇÃO

Das pequenas histórias dos pequenos povoados se faz a história de todo um povo. Das pequenas “geografias” (que me desculpem os meus colegas geógrafos este abusivo apoucamento) das pequenas regiões se faz a Geografia de todo um país. Porque das pequenas aldeias, vilas e cidades se faz, afinal, este Portugal inteiro, que todos somos e de que todos somos parte.

Estas páginas traçam um retrato de uma das parcelas desse todo colectivo que nos orgulhamos de ser. Um retrato com direito a lugar nobre na galeria onde expomos a nossa identidade.

São páginas saídas do labor, do esforço, do empenhamento de muita gente. Algumas pessoas mais ligadas à terra de que nelas se fala, Calvão, outras que, por tão bem a conhecerem, quiseram ou aceitaram dar o seu contributo. Haverá de tudo um pouco ou, como se diz em ciência, este é um trabalho multidisciplinar. Ainda bem que assim é. Ficaria incompleto o retrato e ofuscado o rosto assim pintado, se se cingisse, apenas, a uma parte da realidade.

Entre as muitas pessoas que colaboraram neste volume figuram diversos professores da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Com orgulho o assinalo. Um orgulho que nasce da satisfação do dever cumprido. Porque a Faculdade concretiza, desta forma, uma das suas missões mais nobres: contribuir para o estudo do país e do povo que somos; cimentar o conhecimento do passado e do presente, para, dessa forma, com mais segurança, lançar as raízes em que há-de firmar-se o futuro.

Foi, pois, com gosto, mas também com sentido de missão que a Faculdade de Letras de Coimbra aceitou dar o seu apoio à concretização desta obra. Um apoio modesto, do ponto de vista institucional, mas bem significativo, se atentarmos no volume das colaborações dos seus docentes e investigadores. São cinco contributos, das várias áreas disciplinares cultivadas na nossa Faculdade. Se, em nome dela, lhes agradeço a disponibilidade que revelaram para esta colaboração e para, assim, afirmarem o nome da Escola que é a sua, agradeço, mais ainda, aos organizadores do volume o terem permitido, desta forma, que a Faculdade de Letras se cumprisse.

Mais não fizemos, repito, do que aquilo que devíamos. Calvão, afinal, fica-nos, quase, aqui ao lado, nessa Gândara a que a escrita de Carlos de Oliveira deu uma genuína marca de grandiosidade. Ao contribuir para este *De Gelfa a Calvão*, estamos a contribuir, também, para a escrita do imenso livro sobre todos nós. Aquele que ficará sempre por escrever. Aquele que, por isso mesmo, dá sentido à nossa vida.

Carlos Ascenso And.
Director da Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra



2005

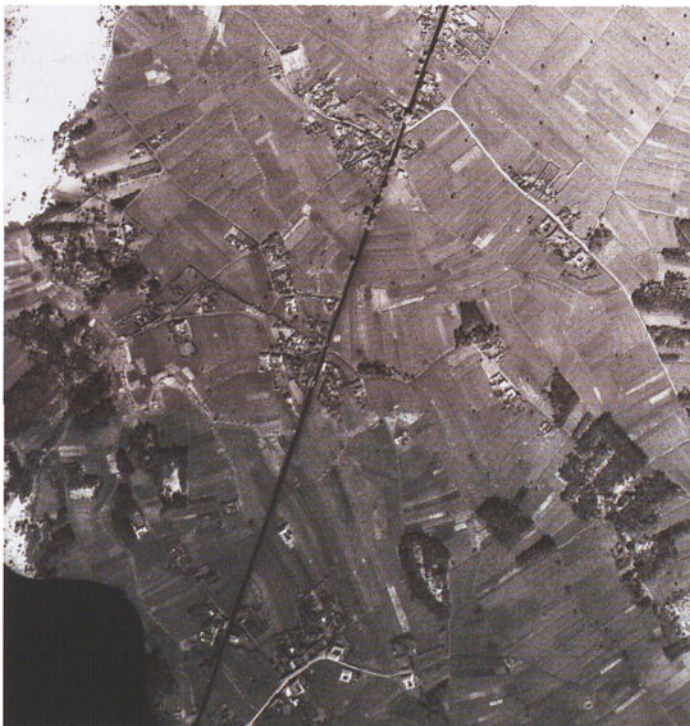
Extracto da fotografia aérea do voo de 2005, gentilmente cedida pelo Instituto Geográfico Português

(A tracejado a área das fotos dos anos 1965/67 e 47)



1965

Extracto da fotografia aérea do voo de 1965/67, gentilmente cedida pelo Instituto Geográfico Português



1947

Extracto da fotografia aérea nº 77_5138 do voo de 1947, gentilmente cedida pelo Instituto Geográfico do Exército

CAPÍTULO IV

CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DE CALVÃO

MARGARIDA SOBRAL NETO

(Professora Associada com agregação do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras e
Membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra)

RESUMO

Em 2 de Junho de 1927, o lugar de Calvão desmembrava-se da paróquia de S. Tiago de Vagos, constituindo-se como paróquia autónoma. Passados seis anos, em 27 de Julho de 1933, adquiria o estatuto de freguesia. A conquista de autonomia, no plano eclesiástico e civil, permitiu a Calvão reforçar a sua identidade própria alicerçada numa História que já contava pelo menos três séculos.

Propomo-nos, neste texto, apresentar as circunstâncias em que se processou o povoamento de Calvão, bem como traçar algumas das linhas de força da sua evolução histórica desde os inícios do século XVII até finais do XIX.

INTRODUÇÃO

Em 2 de Junho de 1927, o lugar de Calvão desmembrava-se da paróquia de S. Tiago de Vagos, constituindo-se como paróquia autónoma. Passados seis anos, em 27 de Julho de 1933, adquiria o estatuto de freguesia. A conquista de autonomia, no plano eclesiástico e civil, permitiu a Calvão reforçar a sua identidade própria, criar estruturas de governo e, simultaneamente, produzir um conjunto de registos escritos que facilitam a reconstrução da sua História particular.

Nos inícios do século XX, o lugar de Calvão já contava com alguns séculos de História, remontando ao tempo em que um grupo de pessoas se instalou neste sítio do território concelhio de Vagos, situado no Norte da Gândara, para formar o embrião de uma comunidade que haveria de crescer e desenvolver-se até atingir a autonomia administrativa.

A PRESENÇA HUMANA NO SÍTIO DE CALVÃO: DE TERRA DE CAÇA E PASTAGEM A CAMPO DE MILHO.

O povoamento de Calvão insere-se no contexto da ocupação humana de uma extensa região arenosa situada na faixa litorânea entre Quiaios e Vagos. Os historiadores são unânimes em afirmar que este era um dos espaços mais escassamente povoados na Idade Média, pontuando, neste território, apenas três localidades com povoamento antigo, Quiaios, Mira e Vagos.¹

Reportando-se a Mira e ao início da ocupação histórica desta localidade, séc. XI, Maria Alegria

Marques afirma que seria “intenso” o revestimento vegetal deste sítio bem como o das terras situadas a norte e a sul, onde pontuavam diversas matas que, devido à pressão da ocupação humana e ao interesse de casas senhoriais, viriam com o tempo a ser desbravadas. Documentos datados de 1342 relativos a uma contenda entre o rei D. Afonso IV e o mosteiro de Santa Cruz testemunham-nos arroteamentos praticados pelos padres crúzios na mata de Mariscote que era atravessada pelo ribeira de *Caraboy* (vala da Fervença) que desaguava na lagoa de Mira,² devendo, assim, situar-se entre territórios de Cantanhede, Cadima e Mira.

A mata de Mariscote situava-se, segundo estas fontes, na *jelfa*. Esta designação aparece na Corografia do Padre Carvalho da Costa, reportando-se aos espaços por onde se espalhavam as localidades do termo da vila de Aveiro: *Serra, Campo da Bairrada e Gelfa*. Segundo Joaquim da Silveira *gelfa* «é uma extensa região arenosa, na maior parte baldia e deserta, na parte sul da freguesia de Vagos.»³

Nos vastos terrenos incultos e nas lagoas existentes entre Mira e Vagos praticava-se na Idade Média e no início da Época Moderna caça e pesca, sendo ainda campos de pastagem de gados locais e transumantes. Mira e as «gândaras ao redor de Aveiro» encontravam-se coutadas em tempos medievos, sendo fortemente penalizadas as pessoas que fossem aí encontradas a pescar ou a caçar.⁴ Por sua vez, Rui Fernandes (1531-1532) na «Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas léguas» testemunha a vinda de gados da serra de Montemuro para as terras despovoadas situadas entre Aveiro e Coimbra:

² Marques 1993: 132.

³ Silveira s.d.: 195-197.

⁴ Cravidão 1992: 42.

¹ Coelho 1983, Cravidão 1992, Marques 1993.

«Há homens de cento, cento e vinte, cento e cincoenta rezes vacuuns de vacas e touros; as quaaes vacas tem esta maneira: que do mês de Maio ate o mês de Setembro pastam na dita serra de monte muro, e do mês de Setembro ate Maio pastam na guamdara junto do mar, amtre Aveiro e Coimbra, que sam 16, 17 legoas da dita serra de monte de muro; e sam já tam sentidas no tempo, que se o tempo he quemte, e seus donos as nom vam buscar, muitas se vem por sy, e se o tempo he frio, e as nom levam, per sy se vam; e tem lugares deputados no caminho, que chamam malhadas, omde dormem.»⁵

Uma destas malhadas podia situar-se num vasto espaço sem vegetação arbórea, um calvão.

Pelo Norte da Gândara poderão ter passado outros viajantes e pastores vindos de outras serras, nomeadamente da região de Chaves onde existia a freguesia de Calvão, localidade de origem medieval.

Na época moderna, os homens percorriam igualmente longas distâncias, por caminhos difíceis, em busca de pão e consolo para os seus corpos e almas. Um dos mais fervorosos lugares de culto situados na região de Aveiro era a ermida de Vagos, de invocação de Santa Maria.⁶ Esta ermida já existia nos inícios da primeira dinastia, tendo sido doado por D. Sancho I ao mosteiro de Grijó.⁷ A notícia dos milagres desta Senhora corria pelos lugares mais próximos ou mais distantes, atraindo a um lugar ermo junto da costa de Vagos peregrinos de diversas partes, circunstância que o configurou como um espaço de intensa sociabilidade, de encontro e de partilha de informação.

Frei Nicolau de Santa Maria testemunha este culto, dando particular destaque à devoção dos

moradores de Cantanhede, como se pode ler no documento que a seguir transcrevemos:

«Suceddeo também por aquelles mesmos tempos, em que a Senhora com estes grandes prodígios se começou a manifestar prodigiosa, e poderosa, que padeceream os povos de Cantanhede huma grande esterilidade de aguas por tempo de quatro annos, em que todos os dias fazião deprecaçoens ao Ceo; e indo com huma procissão a Nossa Senhora de Varsiellas ouvirão tanger hum sino para a parte do mar, e parecendolhe que era em São Thomé de Mira, e que só milagrosamente se podia alli ouvir, por ficar em distancia de duas legoas grandes, se encaminharão para aquella parte, até que chegaram à Ermida de São Tomé, e o echo do sino sem cessar. Forão continuando (porque Deos era o que os movia, para a manifestação dos poderes de sua santíssima Mãe) adiante para onde a voz do sino se ouyvia, até que chegarão à ermida da Senhora de Vagos, aonde a sua Santíssima Imagem se havia com tantos prodígios manifestado, que dista de São Thomé de Mira três legoas para a parte do Norte, e logo virão remediada a sua necessidade; porque logo os Ceos, que até alli se mostravão de bronze, se virão, que pela intercessão da Rainha dos Anjos se abrandavão.»⁸

O autor do Santuário Mariano testemunha que, nos inícios do século XVII, a ermida da senhora de Vagos havia mudado de lugar por causa das areias, situando-se então a meia légua da Torre, lugar da sua fundação. Referia, ainda ser muito “difícil” o caminho que os peregrinos de Cantanhede seguiam, devido às inundações e às areias, facto que tornava mais moroso o trajecto.

A devoção à Senhora de Vagos é testemunhada, igualmente, pelo pároco de São Tiago, em 1758, que refere as muitas “romagens” de tempos

⁵ *Collecção de Inéditos de História Portuguesa* (1824), T. V, p. 571.

⁶ Sobre o culto à Senhora de Vagos, ver o interessante estudo de Carvalhais 2000.

⁷ Azevedo e Costa 1979.

⁸ Santa Maria 1716: Liv 2. 685-686.

“antiquíssimos”. Regista, ainda, este cura as procissões vindas das localidades limítrofes em que participavam, com carácter obrigatório, uma pessoa de cada casa e os representantes dos concelhos. Em Cantanhede, a romagem realizava-se na primeira oitava do Espírito Santo, vindo a procissão com cruz levantada. Chegados à ermida, saciavam a sua fome, repondo energias, com um lauto banquete constituído por um farnel composto por um arrátel de carne de vaca cozida, um pão e meio quartilho de vinho por pessoa. A despesa era custeada por mordomos eleitos pela câmara de Cantanhede.

Ainda que as fontes o não refiram explicitamente, podemos deduzir, sem riscos de errar, que os primeiros habitantes de Calvão eram devotos da Senhora de Vagos, dirigindo-lhe fervorosas orações e pedindo-lhe protecção na ermida ou invocando-a nos lugares onde se desenrolavam os trabalhos e os dias.

Não é possível definir com precisão o caminho que percorriam os romeiros vindos do Sul, nomeadamente de Cantanhede, Mira e Covão do Lobo, em direcção à milagrosa Senhora, podendo, no entanto, o baptismo do lugar de Calvão ter ocorrido numa destas deslocações, passando a constituir um marco de referência numa terra despovoada.

O primeiro documento que regista quantitativos populacionais referentes à área geográfica em análise é o numeramento de 1527 (contagem populacional elaborada com objectivos de ordem administrativa e que, por este motivo, discrimina a população existente nas sedes concelhias e nos termos). Em relação ao concelho de Vagos esta fonte apresenta apenas dois lugares: a vila, com 100 vizinhos, e a aldeia de Covão do Lobo, com 18.

Nos inícios do século XVIII, o Padre Carvalho da Costa, referindo-se às 14 localidades situadas no termo da vila de Aveiro, refere o Couto de São Romão

e os lugares denominados Quintã, Moutas, Rio Torto (sic), Ponte de Vagos e Chancequias. Por sua vez, a informação relativa à vila de Vagos reporta-se apenas à sede concelhia, não fazendo qualquer referência a lugares do termo. De notar, no entanto, que em meados do século XVIII, o P.^o Luiz Cardoso no *Dicionário Geográfico* já se refere à aldeia de Calvão e à Choca, que situava na Província da Beira, Bispado de Coimbra, comarca da Villa de Esgueira e Freguesia de Santiago da Vila de Vagos.

As *Memórias Paroquiais de 1758* são outra fonte na qual podemos encontrar informação (geográfica, institucional, demográfica, económica, eclesiástica/religiosa, patrimonial) relativa às cidades, vilas, aldeias e simples lugares do país. Este documento contém as respostas dadas pelos párocos (únicas pessoas competentes para fornecer informação à Coroa sobre o território nacional) a um inquérito emanado da Secretaria de Estado do Reino, que visava avaliar o impacto do Terramoto de 1755 bem como obter informação sobre os recursos do país.

Utilizamos este documento, especificamente as respostas dadas por Frei José de S. Luís, pároco da igreja de São Tiago, e por António Antunes de Almeida, cura de Covão do Lobo, para obter informação sobre o território do concelho de Vagos.⁹

A informação demográfica disponível permite-nos concluir que entre 1527 e 1758 se registou no território de Vagos um vigoroso crescimento demográfico. Este aumento da população traduziu-se na emergência de um conjunto de lugares (18), que se alinharam, num cordão paralelo à costa, entre Vagos e Mira.

⁹ A informação está disponível na Internet, no sítio *tonline*.

População do concelho de Vagos em 1758

(vizinhos)

Azenha das Vergas.....	5
Cabecinhas.....	22
Calvão.....	43
Chancequias.....	14
Choca.....	38
Corgo do Seixo.....	18
Covão do Lobo.....	232
Ervedal.....	23
Fontainhas.....	11
Gafanha.....	14
Lameiros	32
Lombo Meão.....	20
Lombo Travesso.....	25
Parada de Baixo.....	9
Parada de Cima.....	4
Ponte de Vagos.....	18
Quintã.....	18
S. Romão.....	55
Vagos.....	245
Vergas	28
Vigia	18
TOTAL.....	892

População do concelho de Vagos em 1527

(vizinhos)

Vagos.....	100
Covão do Lobo.....	18
TOTAL.....	118

Da comparação dos quantitativos populacionais referentes aos diversos sítios conclui-se que o crescimento não foi uniforme. A população da vila de Vagos limitou-se a duplicar de 1527 para 1758, o que evidencia uma estagnação da cabeça do concelho, atestada, aliás, pela existência, referida pelo pároco, de casas arruinadas.

Em sentido inverso, o lugar mais distante, da sede concelhia, a aldeia de Covão do Lobo, registou um crescimento espantoso, passando de 18 para 232

vizinhos, equiparando-se mesmo em termos de população à vila.

O crescimento e conseqüente dinamismo económico revela-se, de facto, particularmente expressivo no Norte da Gândara, como se comprova através da informação disponível para freguesia de S. Tomé de Mira e para o lugar de Portomar. A primeira passou de 48 para 665 fogos e o segundo de 1 para 57.

Comparando, agora, os quantitativos populacionais referentes aos diversos lugares do concelho de Vagos, expressos no gráfico da página seguinte, conclui-se que, neste espaço, a comunidade mais populosa (55 vizinhos) logo a seguir à cabeça do concelho e à aldeia de Covão do Lobo era S. Romão. Trata-se de um couto de povoamento antigo, cujas rendas estavam afectas à senhora de Vagos, tendo sido, por esse facto, muito privilegiado pelos monarcas medievais, circunstância geradora de atracção de gentes.¹⁰

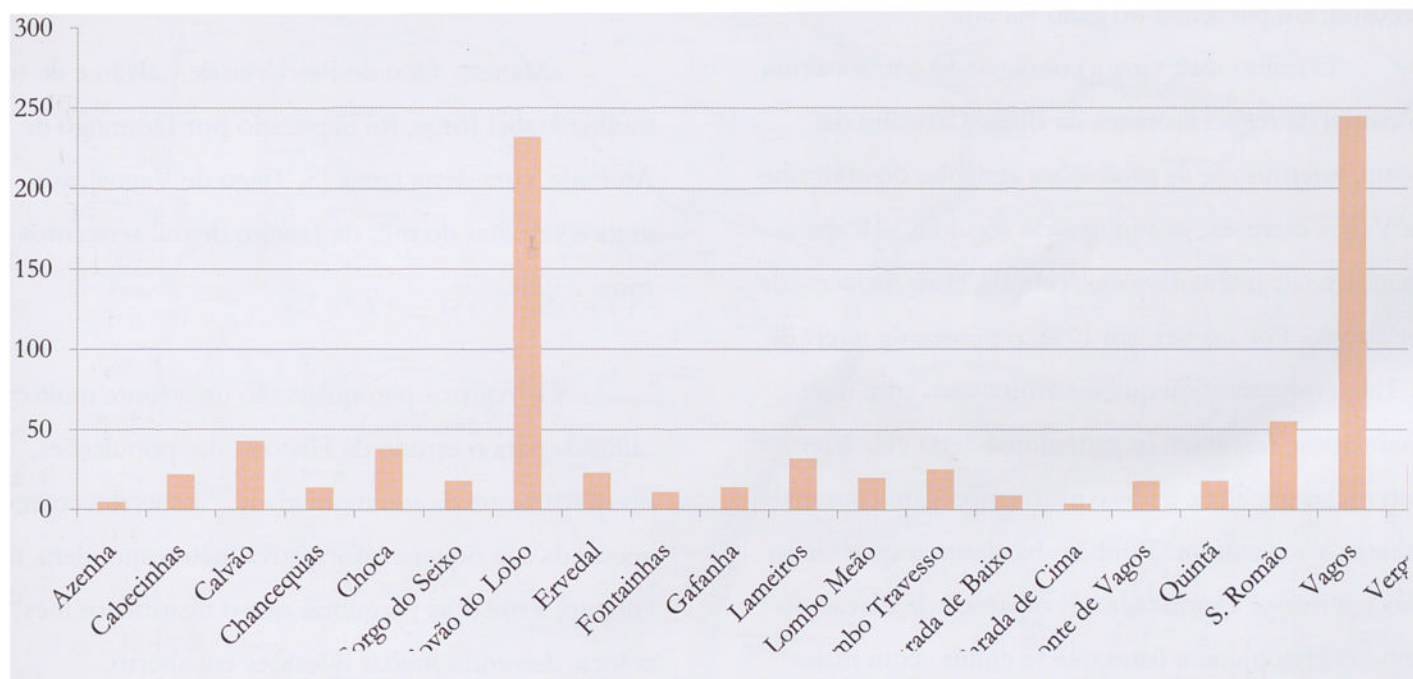
Destacam-se, em seguida, em número de habitantes, os lugares de Calvão (43 vizinhos), Choca (38), Vergas (28), Cabecinhas (22), Parada de Baixo (9) – facto que nos permite concluir que o território actual da freguesia de Calvão registava, em meados do século XVIII, uma elevada densidade populacional: 140 fogos e aproximadamente cinco centenas e meia de habitantes.

Nesta época, os recursos naturais disponíveis já seriam escassos em Calvão, circunstância que levava alguns dos seus filhos a descer mais para Sul à procura de novas terras para agricultural. Com efeito, na década de trinta do século XVIII, instalaram-se em Mira 60 famílias naturais do concelho de Vagos, sendo 50 da Vila, 12 de Covão do Lobo e 4 de Calvão.¹¹

¹⁰ Capão 1930.

¹¹ Cravidão 1992: 78.

População - Concelho de Vagos 1758
(vizinhos)



No processo de povoamento da Gândara, da Gelfa e da Gafanha, ocorrido entre finais do século XVI e meados do XVIII, intervieram vários factores que passaremos a explicitar.

Destacamos em primeiro lugar as políticas régias de fomento da transformação dos espaços incultos em searas, pomares e florestas que visavam o aumento da riqueza interna do país e, sobretudo, diminuir a importação de cereais e madeiras. Estas intervenções estatais foram particularmente incisivas em períodos de crise financeira e comercial, nomeadamente as promovidas pelo governo de Madrid nas primeiras décadas do século XVII, de forma particular no contexto da crise comercial e financeira de 1620-21, e as implementadas por D. Pedro II em finais da centúria de seiscentos.

As casas senhoriais, sobretudo as da nobreza, acolhiam, com particular agrado, estas iniciativas do poder central, dado que da sua concretização resultava um aumento de receitas proveniente de tributos que

recaíam sobre a produção agrícola. Seria, por certo, o caso dos Senhores do território concelhio de Vagos, que estariam interessados em coadjuvar a aplicação das directivas da Corte, sobretudo quando as dificuldades do orçamento do Estado se poderiam reflectir nas finanças das suas casas.

Outra circunstância favorável ao desbravamento de terras foi a difusão da cultura do milho grosso. Proveniente da América, o *maíz* foi introduzido em Portugal (região do Baixo Mondego e entre Douro e Minho) em finais do século XVI. Esta planta veio revolucionar os sistemas agrícolas já existentes e dar origem a outros implantados em novas terras cultivadas para o efeito, caso da zona litorânea entre Quiaios e Aveiro.¹²

O novo cultivo afirmou-se pela elevada produtividade, em comparação com a dos cereais já conhecidos, bem como pela associação a outras plantas (feijão e abóboras), circunstância geradora de melhores

¹² Almeida 1995: 229-259.

condições alimentares para os homens, mas também para os animais, o que permitiu um crescimento da pecuária, em particular do gado vacum.

O milho *maíz* viria a consagrar-se como cultura principal da região litorânea da Beira. Carvalho da Costa, referindo-se às produções agrícolas do concelho de Vagos escreveu, nos inícios do século XVII: «he abundante de milho, feyjoens, cebolas, bons meloens, & melancias.» Por sua vez, em 1758, o pároco da igreja de S. Tiago testemunhou que «os frutos que, com mais abundância, recolhem os moradores desta villa e termo sam milho graúdo e feijão e nisto empregam com mais excesso a sua cultura. Também há algum trigo e vinho mas em menor quantidade.» E o pároco de Covão do Lobo declarou que o fruto que se colhia «com maior abundância» era o milho.

A partir dos dados atrás referidos, podemos concluir que o milho *maíz* provocou na Gândara e na Gafanha, nos séculos XVII e XVIII, uma “revolução” similar à ocorrida noutros espaços do território português, Baixo Mondego e Minho, da Galiza e de outros espaços europeus.

No século XVIII, ou mesmo já no século XVII, este espaço da região centro viria a acolher outra cultura também proveniente da América, a batata, que haveria de provocar a expansão das áreas cultivadas.¹³

Consideramos, assim, que o milho e, posteriormente a batata terão sido as principais culturas que criaram condições de vida em Calvão, sendo ainda responsáveis pela fixação e crescimento da população neste lugar.

A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DE CALVÃO

«Manoel, filho de Pêro Vaz de Calvão e de sua mulher Isabel Jorge, foi baptizado por Domingo de Andrade, cura desta igreja [S. Tiago de Vagos], aos vinte e seis dias do mês de Janeiro de mil seiscentos e trinta e dois.»¹⁴

Os registos paroquiais são uma fonte muito utilizada para o estudo da História das populações, nomeadamente da sua mobilidade.¹⁵ Estes documentos, apesar da sua riqueza informativa, não respondem, no entanto, a todas as perguntas que o historiador lhes coloca, deixando muitas questões em aberto.

O extracto do registo acima transcrito contém a primeira referência documental a Calvão. Encontra-se num livro de registos de baptismos, que tem início no ano de 1627, e reporta-se a uma criança que o pároco diz ser filha de Pêro Vaz “de” Calvão. A primeira pergunta que se pode colocar é se este indivíduo seria natural do Calvão ou aí residente, pergunta que deixamos em aberto, ainda que da resposta dependa a identificação da possível data da fixação de pessoas neste lugar.

Não podemos igualmente afirmar, com absoluta convicção, que a primeira pessoa nascida em Calvão se chamou Manuel. O livro mais antigo de registos de baptismos que se conhece, até ao momento, referente à paróquia de S. Tiago de Vagos, tem início no ano de 1627, contendo registos até 1708. Mas nada nos garante que não tenha existido um livro mais antigo que o tempo não preservou. De notar que o primeiro livro de registos de baptismos da paróquia de

¹⁴ Arquivo Distrital de Aveiro, *Livro de Baptismos 1627-1708*.

¹⁵ Cravidão 1992: 66-67.

¹³ Neto 1994: 55-83.



PART E DE GALIZIA

ENTRE EMI NHO



1.5. Les distances d'un lieu à l'autre sont cotées de chiffres placés à droite et à gauche des routes.

Les chiffres suivis de la lettre L indiquent le nombre de lieues vulgairement annoncées dans le pays.

Les chiffres suivis de la lettre h indiquent le nombre d'heures que met un homme à pied pour parcourir la distance.

Por. L. H.

1.6. As distancias de hum a outro lugar são cotadas de algarismos postos a direita e a esquerda das estradas.

Os algarismos seguidos de letra L indicam o numero de leguas vulgarmente annunciadas no pais.

Os algarismos seguidos de letra h indicam o numero de horas que hum homem a pé se precisa para fazer a distancia.

Por. L. H.

Quiaios se inicia em 1602 e o da de Mira em 1609.

Atendendo, no entanto, ao facto de se não conhecer nenhum registo de baptismo, que se reporte a uma data anterior, bem como à circunstância de, no ano de 1632, terem ocorrido o baptismo de três crianças, cujos pais são referenciados como “de Calvão”, consideramos pertinente levantar a hipótese de, nesta data, já terem existido, neste sítio, condições materiais de habitabilidade, e de sustento, para uma pequena comunidade constituída, pelo menos, por três casais.

A análise dos registos de óbitos permite-nos, entretanto, formular a hipótese de ter vivido em Calvão, em meados do século XVII, um outro casal, cuja cabeça seria Manuel Jorge. Com efeito, em 4 de Abril de 1648 o pároco registou o óbito de um indivíduo com este nome e, nove anos depois, o de um filho chamado Manuel.

Aceitando como boa a hipótese de ter sido o ano de 1632 aquele em que foram baptizadas as primeiras crianças nascidas em Calvão, não podemos daqui deduzir que “Calvão nasceu em 1632”. Com efeito, a data de instalação dos casais que desbravaram a terra que haveria de produzir o pão para sustento das suas casas é necessariamente muito anterior, situando-se, pelo menos, numa franja temporal entre a primeira e a terceira década de seiscentos.

A hipótese relativa à formação do embrião da comunidade por três casais em idade fértil reforça-se se atendermos a que, em 1637 e 1639, dois deles se voltaram a deslocar à igreja paroquial de São Tiago para baptizar duas crianças: um rapaz de nome Miguel, terceiro filho de Pêro Vaz e Isabel Jorge, e uma menina, que recebeu o nome de Madanela, a segunda filha de Pêro João e Maria Francisca. Por sua vez, em 1647, Calvão passaria a contar com mais duas famílias que deram à luz duas crianças, Madanela e Tomé.

O povoamento do território que integra actualmente a freguesia do Calvão prosseguiu, na segunda metade do século XVII, de Sul para Norte. O topónimo Choca aparece pela primeira vez em 1656, no registo de baptismo de Maria, filha de Bartolomeu Gonçalves e Isabel Manuel. No ano seguinte, nasceu outra criança em Calvão Pequeno. Por sua vez, em 1704 falecia Miguel João Cotovio das Cabecinhas, tendo sido sepultado na ermida de S. André, lugar onde outros habitantes de Calvão encontraram o repouso eterno.

No início do Século XIX, o povoamento no lugar de Calvão dispersava-se por um conjunto de lugares que assumiam as designações seguintes: Estrada de S. Tomé do Calvão, Canto do Calvão de Baixo e de Cima, Choca da Serra e Choca do Mar, Vergas e Parada de Baixo.

Não conhecemos a proveniência geográfica destas famílias que residiam no lugar de Calvão nos anos trinta de seiscentos. Uma deles, a de Amaro Correia e Ângela Francisca, realizara a cerimónia de casamento na igreja de São Tiago de Vagos, em 20 de Novembro de 1624, facto que poderá significar a residência na área desta paróquia, atendendo a que se omite a naturalidade dos nubentes bem como das testemunhas.¹⁶

As referências à naturalidade, ou lugar de residência, das pessoas que foram escolhidas para apadrinhar os filhos dos habitantes de Calvão dão-nos, entretanto, algumas indicações relativas a laços sociais que ligavam esta jovem comunidade a outras já enraizadas no território. Assim Pêro Vaz escolheu para madrinha do filho Manuel uma jovem solteira de Portomar e para padrinho um indivíduo da freguesia de Sosa. Por sua vez, os padrinhos de António, filho de

¹⁶ Uma reprodução deste registo encontra-se em Frade *et al* 1999: 16.

Amaro Correia, residiam em Sosa. Finalmente, Diogo de Fonseca Guimarães, o novo, de Vagos, apadrinhou António, filho de Pêro João, facto que revela a protecção da nobreza da vila às famílias que viviam no termo concelhio.

As relações de apadrinhamento estenderam-se, nos anos quarenta do século XVII, à vila de Mira e aos lugares da Quintã, Ervedal e Vigia e, na década seguinte, a Rio Tinto, S. Romão e Lombo Travesso. Por sua vez, registos de casamento referentes à mesma década apontam para ligações matrimoniais entre as freguesias de S. Tiago e de Sosa, facto que evidencia uma rede de interconhecimento e de relações estreitas entre os dois concelhos limítrofes.

Possuímos ainda outros indicadores que nos permitem concluir que alguns habitantes de Vagos e Sosa tiveram que sair do lugar onde nasceram à procura de melhores condições de vida ou mesmo de subsistência, sendo um deles a naturalidade de alguns pais de crianças baptizadas em Quiaios entre 1609 e 1699.¹⁷ Por sua vez de Vagos deslocaram-se famílias para Mira, circunstância que permite, ainda, explicar o fraco crescimento daquela Vila entre 1527 e 1758.

QUADRO SENHORIAL, ECLESIAÍSTICO, ADMINISTRATIVO E JUDICIAL DE CALVÃO NOS SÉCULOS XVII E XVIII.

A comunidade que se formou em Calvão nas primeiras décadas do século XVII instalou-se no seio de circunscrições eclesiásticas, administrativas, judiciais e senhoriais preexistentes, nomeadamente a paróquia

de S. Tiago e o bispado de Coimbra, o concelho de Vagos e o senhorio de Vagos.

O senhorio de Vagos foi instituído pelo rei D. João I através de uma doação concedida a João Gomes da Silva, em recompensa pelos serviços prestados por este fidalgo.¹⁸ Os senhores de Vagos desempenharam importantes funções na Corte, destacando-se as de camareiro e regedor das justiças. Participaram ainda nas conquistas no Norte de África e desempenharam cargos na Índia. O 10º senhor de Vagos, João da Silva Tello de Menezes, assumiu o título de conde de Aveiras. Por sua vez, em 1802, D. João VI concedeu a D. Francisco da Silva Tello de Menezes o título de Marquês de Vagos.¹⁹

Segundo o foral de Vagos, as terras incultas pertenciam ao “senhorio”, ao senhor da Vila, que na década de 30 do século XVII era Lourenço da Silva. O 8º senhor de Vagos estanciou então nesta localidade, onde manteve uma relação de proximidade com a comunidade local, atestada pelo apadrinhamento de crianças. Numa conjuntura marcada por dificuldades financeiras que atingiam a nobreza, distante da Corte, que então sedeava em Madrid, o senhorio de Vagos teria todo o interesse em aumentar as suas receitas através da concessão, em aforamento, de terras para desbravar, algumas das quais se poderiam situar no lugar denominado, ou que se viria a denominar, Calvão.²⁰

As rendas desta entidade senhorial eram constituídas por tributos consignados no foral manuelino de Vagos, um dos documentos que regulou

¹⁸ *Chancelarias Portuguesas, D. João I* (2004) 37.

¹⁹ Sobre este assunto ver: Freire 1973: vol. II e III; Monteiro 2003: 114-115.

²⁰ Esta hipótese só será comprovada quando for possível encontrar as escrituras que registem os contratos que ao tempo eram de aforamento, perpétuo ou em vidas. Os rendimentos provenientes de Vagos foram avaliados, em 1743, em 1.200 réis, constituindo 11% da totalidade dos rendimentos da casa (Monteiro 2003: 397).

¹⁷ Cravidão 1992: 68.

a vida económica de Calvão desde a sua fundação até à época liberal.²¹ Como todos os resultantes da reforma manuelina, o foral desta Vila regista e regulamenta um conjunto de direitos devidos ao donatário e a outras entidades, que incidiam sobre o aproveitamento dos recursos naturais, bem como sobre o comércio.

O documento em análise atribuía ao senhores de Vagos o domínio sobre as terras incultas, os “maninhos”, declarando que as terras eram “dadas pollo senhorio a quem lhas pede”. O arroteamento de espaços incultos implicava, entretanto, que os vizinhos fossem consultados no sentido de se apurar se “as tomadias novas” lhes provocavam dano, cláusula que visava proteger o equilíbrio entre espaços cultivados e incultos. Esta harmonia era particularmente necessária na Gândara, atendendo à estreita dependência dos terrenos de cultivo de adubos vegetais provenientes de pinhais e terrenos incultos.

Assim, de acordo com o que estava estipulado no foral, os primeiros habitantes de Calvão antes de procederem ao arroteamento de terras, bem como à construção de casas para habitação ou de estábulos para os animais, eram obrigados a deslocar-se à sede concelhia para solicitar ao senhor de Vagos, ou a um seu representante, a concessão de terras para desbravar. A formalização deste acto passava pela realização de um contrato, que ao tempo assumia a designação de aforamento, em três vidas ou perpétuo, onde se registavam os direitos e deveres das partes contratantes. Uma das obrigações dos lavradores era, conforme previa o foral, e confirma o pároco em 1758, o pagamento ao senhor da sexta parte de todos os frutos que fossem colhidos, bem como o foro de uma galinha por cada uma das casas.

Para além do *seisto*, o foral prescrevia ainda o pagamento à Coroa do oitavo do pão, vinho e linho. Quanto ao vinho, o fabrico teria de se efectuar nos lagares do senhorio, sendo devido o pagamento de meio almude por cada noite e dia de ocupação. Uma parte do vinho fabricado nos lagares pertencia ao próprio senhor, sendo proveniente das suas vinhas agricultadas com recurso ao serviço dos moradores do concelho, obrigados a prestar um dia de trabalho gratuito e a utilizar as suas próprias alfaias.

Se um habitante de Calvão pretendesse explorar alguma marinha teria de se concertar com o senhor de Vagos que era igualmente senhor das marinhas.

Por fim, todo o lavrador que lavrasse, durante o mês de Maio, com bois alheios ou próprios deveria pagar 36 reais.

O foral de Vagos estava guardado nos Paços do concelho de Vagos, sendo observado pelo corregedor quando se deslocava em correição, como pode ser atestado pelos registos existentes no próprio documento.²² Outra prova de que o conteúdo do foral não foi esquecido ao longo da época moderna reside na existência de uma cópia do original manuelino que foi elaborada na década de oitenta do século XVIII.

Para além dos senhores donatários, outras entidades sediadas na vila de Vagos se relacionaram com os habitantes de Calvão. Um dos mais próximos era o cura da paróquia de São Tiago, presente nos principais momentos das suas vidas - baptismo, casamento e morte - e responsável pela construção da sua visão do mundo e do Além.

O cura de Vagos, conforme doação de D. Afonso V ao mosteiro de S. Marcos, era apresentado pelo padre Dom Abade deste convento, o que lhe permitia usufruir dos dízimos cobrados nesta freguesia.

²¹ Marques ed. 2007: 145-183.

²² Marques ed. 2007.

Existiu, de facto, uma relação muito próxima entre os senhores de Vagos e este cenóbio dos monges Jerónimos, situado em S. Silvestre (Coimbra), que é atestada pela escolha como lugar de repouso eterno de alguns dos seus mais eminentes membros. A ligação entre os párocos da Igreja de S. Tiago e os Senhores de Vagos configura-se, assim, à partida, estreita, facto que poderia ser favorável ao domínio senhorial.

O lugar de Calvão, ainda que distante da sede concelhia, estava dependente de outros poderes sediados na Vila, nomeadamente das justiças deste município constituídas por um juiz, dois vereadores e um procurador. O juiz acumulava funções em matéria cível e crime, sendo ainda juiz dos órfãos e das sisas. Das decisões deste magistrado cabia recurso para o corregedor e para a Relação do Porto.

As formas concretas que assumiu o relacionamento dos moradores de Calvão com o poder concelhio pressupõe uma análise da documentação produzida pelas vereações ao longo do tempo, o que ainda não foi feito. Os estudos sobre as áreas de competências das governanças locais na Época Moderna têm demonstrado, entretanto, que elas constituíam o poder mais próximo, intervindo desde as áreas da justiça às da saúde e instrução, sendo a regulamentação da vida local uma das competências mais sentidas pelas populações.²³ Podemos, assim, afirmar que os moradores de Calvão eram obrigados a deslocar-se à sede do concelho para pagar impostos ou coimas, tratar de assuntos de natureza judicial e participar nos exercícios de treino das Ordenanças. Na Época Moderna existia, em todo o país, uma estrutura de defesa, paramilitar, denominada Ordenanças, que se organizava em companhias constituídas por 250

homens válidos dos 18 aos 65. Em Vagos existiam duas onde se integravam os habitantes da aldeia de Calvão.

DO TEMPO DE POMBAL AO LIBERALISMO

O terramoto de 1755 não teve particular impacto em Vagos, como não terá sido sentido em Calvão. Mas as mudanças políticas e sociais que se operavam então em Lisboa, por iniciativa de Pombal, haviam de reflectir-se nesta região. Com efeito com a queda em desgraça dos duques de Aveiro e consequente extinção do seu senhorio, operaram-se significativas alterações institucionais nas áreas do seu domínio.

Em 1759, Aveiro foi elevada a cidade constituindo-se igualmente como sede de comarca da qual ficou dependente Vagos por portaria de 19 de Setembro de 1760.²⁴

Outra mudança significativa consistiu na criação da diocese de Aveiro por Clemente XIV, em 1774, deixando, assim, os habitantes de Calvão de estar na dependência da jurisdição eclesiástica coimbrã e passando para a esfera do novo bispo de Aveiro, D. António Freire Gameiro de Sousa.²⁵ O governo dos primeiros bispos de Aveiro caracterizou-se, segundo João Gonçalves Gaspar, por um grande esforço no sentido de disciplinar os costumes e instituir uma prática religiosa de acordo com os princípios doutrinários da Igreja. Distinguiram-se, igualmente, por algum protagonismo no plano político e na defesa dos interesses dos fiéis do seu bispado. Não admira, assim, que o segundo bispo de Aveiro, D. António José Cordeiro se distinguisse na resistência aos invasores

²³ Sobre as atribuições dos concelhos na época moderna, ver: Coelho, Magalhães 1986, e Cunha, Fonseca 2005.

²⁴ Rocha Madahil org. 1959: 592-593.

²⁵ Gaspar 1964.

franceses, tendo desempenhado as funções de *Presidente da Junta Provisional de Aveiro* (1808).²⁶

Os exércitos franceses não passaram por Calvão, mas aí devem ter chegado os ecos do rasto de destruição de casas e colheitas deixado pelos invasores na região de Coimbra.

É ainda de supor que todos os fregueses da paróquia de S. Tiago tivessem acompanhado as vicissitudes do processo liberal, através das homílias em que o pároco lhes transmitiria o conteúdo das pastorais dos bispos, apelando ao rigor e à vivência intransigente dos preceitos cristãos.

O liberalismo não foi favorável aos senhorios eclesiásticos tendo muitos deles sido extintos e os seus bens nacionalizados. O mesmo não aconteceu com as casas nobres que sobreviveram às reformas liberais, sendo apenas afectados pela extinção dos forais ocorrida em 1832. No que diz respeito ao senhorio de Vagos, foi marcado, no século XIX, por duas mulheres: D. Joana da Silva Telo, 3^a marquesa de Vagos, confirmada na titularidade da vila de Vagos em 1825, e sua filha, D. Maria do José da Silva Telo de Meneses Corte Real, 4^a marquesa de Vagos. Com a sua morte, em 14 de Março de 1853, extinguiu-se o senhorio de Vagos.²⁷ Este domínio senhorial constituiu uma das bases de sustentação dos poderosos Silvas que, ao longo da Época Moderna, desempenharam cargos muito relevantes na administração colonial bem como no exercício de cargos de justiça nos tribunais régios.²⁸

O século XIX foi marcado em muitos espaços por um processo de reorganização administrativa que se manifestou na extinção ou criação de concelhos e freguesias. No que diz respeito a Calvão, essa mudança só se viria a operar no século XX. Em 1882, a diocese

de Aveiro foi extinta, tendo-se integrado novamente as paróquias desta circunscrição eclesiástica na diocese de Coimbra. Foi, assim, durante o episcopado de um bispo de Coimbra que Calvão adquiriu o estatuto de paróquia, circunstância que viria a contribuir para a coesão da comunidade e para o reforço dos laços com as comunidades vizinhas que se agregariam a este lugar no sentido de se constituírem em freguesia.

CONCLUSÃO

“O amor às pátrias” foi, durante muito tempo, a principal motivação que inspirou os autores de História Local conduzidos pela preocupação de conhecer e reproduzir a memória histórica das suas terras natais que pretendiam engrandecer. A esta História particular das localidades (particular porque valorizava o que se considerava específico) veio juntar-se uma outra História Local, de cariz mais académico, que se afirmou, no nosso país, a partir dos anos sessenta. Os estudos elaborados nesta área historiográfica alargaram, aprofundando, o conhecimento sobre a realidade histórica do país, desempenhando ainda um importantíssimo papel na definição de sentimentos de pertença e de identidade. É este o objectivo que nos move ao traçarmos alguns dos caminhos da História da freguesia de Calvão.

O contributo que aqui deixamos alicerça-se no saber já existente sobre o passado deste lugar,²⁹ bem como no da região em que se insere,³⁰ propondo-se acrescentar algo resultante de investigação própria.³¹ Foi, igualmente, nosso propósito apontar alguns

²⁶ Gaspar 1964: 185-203.

²⁷ Freire 1973: II 71-72.

²⁸ Freire 1973: II 149-182.

²⁹ Destacamos Frade *et al.* 1999: 15-20.

³⁰ Rezende 1944, Frade ed. 2000, Reigota 2000.

³¹ Neto 1997, Amorim 1996.

caminhos susceptíveis de conduzir à obtenção de novas informações.

Uma concepção tradicional de História centrada em figuras políticas eminentes organizava-se em torno de acontecimentos e de marcos cronológicos. Hoje, a investigação histórica tem uma ambição mais vasta que é a de conhecer e compreender as vivências de todos os homens que construíram um legado configurador da nossa existência e sustentáculo da construção do Futuro. A vida destes homens, nomeadamente a dos “heróis”, que tiveram o engenho de transformar areias em terra produtora de pão, não ficou registada em crónicas ou genealogias (documentos dedicados a reportar acontecimentos ou feitos individuais). A passagem terrena de muitos homens que viveram na Época Moderna ficou apenas atestada em registos de baptismo, casamento ou óbito, fontes que contêm informação simultaneamente muito rica mas também muito incompleta.

A vida destas pessoas não pode, assim, balizar-se por acontecimentos e datas, mas por franjas temporais. No caso vertente, o período da fundação de Calvão situa-se num espaço temporal entre 1527 e a década de trinta do século XVII, inserindo-se no processo mais vasto de povoamento e ocupação de terras, associado à difusão do milho grosso. Quanto à proveniência geográfica dos primeiros habitantes de Calvão, tem, a nosso ver, sustentação a hipótese de se situar nos concelhos de Vagos e Sosa, atendendo às relações de apadrinhamento e de parentesco testemunhadas pelos registos paroquiais, e ainda ao facto de, no período cronológico em análise, terem saído daquelas vilas gentes para Quiaios e Mira.

Quanto ao baptismo do lugar, consideramos que ocorreu num tempo anterior ao povoamento, podendo ter sido atribuído por pastores, peregrinos ou

homens que, vindos do Norte, por ali passavam em deslocações temporárias, ou definitivas, à procura de sustento. De eventual marco identificador de um caminho, Calvão tornou-se, com o tempo, num espaço de acolhimento, terra fértil produtora de pão para uma comunidade, que, nos inícios do século XVIII, já via partir os seus filhos à procura de outras terras.

Calvão adquiriu autonomia administrativa três séculos após a sua fundação. Contava já com uma longa História, construída com o engenho e a persistência de várias gerações de homens, que deixaram uma herança de História e de Memória que interessa conhecer e aprofundar no sentido da construção do Futuro.

BIBLIOGRAFIA FINAL

- ALMEIDA, Luís Ferrand de (1995), “Sobre a introdução e a difusão do milho mais em Portugal”, in *Páginas Dispersas*, 229-259. Coimbra: IHES/FLUC.
- AMORIM, Inês (1996), *Aveiro e a Sua Provedoria (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*. Coimbra: CCDR.
- AZEVEDO, Rui de, COSTA, Avelino de Jesus da, PEREIRA, Marcelino (1979), *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CAPÃO, António (1930), *Memórias Históricas de S. Romão de Vagos*. Vagos: Câmara Municipal. Reedição no ano 2000.
- CARVALHAIS, Manuel António (2000), *Santa Maria de Vagos*. Vagos: Fábrica da Igreja Paroquial.

- Chancelarias Portuguesas: D. João I.* (2004), Vol. I, Tomo 1, (1384-1385), Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte (1987), "Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVII", *Revista de Historia Económica e Social* 21 (Set.-Dez.): 93-119.
- COELHO, Maria Helena, MAGALHÃES, Joaquim Romero (1986), *O poder concelhio. Das Origens às Constituintes*. Coimbra: CEFA.
- Collecção de Inéditos de História Portuguesa* (1824), t. V, Lisboa: Academia Real das Ciências.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1992), *A população e o povoamento da Gândara. Génese e evolução*, Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- CUNHA, Mafalda Soares da, FONSECA, Teresa ed. (2005). *Os Municípios no Portugal Moderno. Dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Colibri/CIDEHUS.
- FERNANDES, Rui (1824). "Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas léguas", in *Collecção de Inéditos de História Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- FERREIRA, Delfim dos Santos Bismarck Álvares (2007), *A Terra de Vouga nos Séculos IX a XIV. Território e Nobreza*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FRADE, Paulo ed. (2000), *J. Graça. História de Vagos* (1900). Vagos: Câmara Municipal.
- FRADE, Paulo et al. (1999). *Calvão. Passado e Presente*. Calvão: Grupo Desportivo de Calvão.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1973), *Brasões da Sala de Sintra*, vol. II e III. Lisboa: ICM.
- GASPAR, João Gonçalves (1964). *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua História*. Aveiro: Edição da Cúria Diocesana de Aveiro.
- MACHADO, José Pedro (1977), *Dicionário Onomástico, Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. I. Lisboa: Livros Horizonte
- MARQUES, M. A. F. ed. (2007). *Os Forais Manuelinos de Soça e de Vagos*, edição fac-similada com nota introdutória e transcrição. Vagos: Câmara Municipal.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1993), *As Terras de Mira. Perspectiva Histórica*. Mira: Câmara Municipal de Mira.
- MONTEIRO, Nuno (2003). *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: INCM.
- NETO, Margarida Sobral (1994), "Introdução e expansão da cultura da batata na região de Coimbra (sécs. XVII–XIX)", *Revista Portuguesa de História* 26: 55-83.
- _____ (1996), "Uma mulher nas malhas da justiça senhorial na Gândara do século XVII", *Revista Portuguesa de História* 31: 529-553.
- _____ (1996^a), "Motins Populares na Gândara em 1778", *Maria da Fonte – 150 anos: 1846/1996: actas do congresso*, 185-194. Póvoa do Lanhoso: Câmara Municipal.
- _____ (1997), *Terra e conflito: Região de Coimbra (1700-1834)*. Viseu: Palimage Editores.
- _____ (2000), "Reconstituição da vida material das comunidades: problemas, fontes e métodos", in *A cidade e o campo: colectânea de estudos*, 41-54. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura.
- OLIVEIRA, António de (1995), "Problemática da História local", sep. do Colóquio *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX*, 13-29. Núcleo Cultural da Horta.

_____ (2000), “Da história das pátrias à história local”, *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, páginas?. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura.

REIGOTA, João (2000), *A Gândara Antiga*. Cantanhede – Mira – Vagos: Câmaras Municipais.

REZENDE, Padre João Vieira (1944), *Monografia da Gafanha*, 2ªed. Coimbra: Instituto para a Alta Cultura.

ROCHA MADAHIL org. (1959), *Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricos*. Aveiro: Câmara Municipal.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de (1716), *Santuário Mariano*, Livro II. Lisboa: Oficina de António Pedrozo Galram.

Calvão



2005

*Extracto da fotografia aérea do voo de 2005,
gentilmente cedida pelo Instituto Geográfico Português*



1965

*Extracto da fotografia aérea do voo de 1965/67,
gentilmente cedida pelo Instituto Geográfico Português*



1947

*Extracto da fotografia aérea nº 77_5138 do voo de 1947,
gentilmente cedida pelo Instituto Geográfico do Exército*